Considerando o Decreto nº 1.945, de 13 de Dezembro de 2005, que dispõe sobre cumprimento do estágio probatório de servidor público civil ocupante de cargo de provimento efetivo. RESOLVE, I - HOMOLOGAR, o resultado do relatório da Comissão de Acompanhamento e Avaliação de Estágio Probatório, dos servidores abaixo listados, devidamente submetidos e aprovados com os respectivos conceitos.

NOME	CARGO	DATA ADMISSÃO	RESULTADO FINAL	Nº DO PROCESSO
Daniilo Henrique Sousa Martins	Analista de Sistemas	22.09.2008	93,00 (Bom)	2011/362811
Daniel Fontes Pereira	Analista de Suporte de Sistemas	25.09.2008	94,99 (Bom)	2011/362850
Hugo José Régis de Almeida	Farmacêutico	15.09.2008	99,33 (Bom)	2011/364585
Igor Teles de Menezes Macedo Chaves	Farmacêutico Bioquímico	22.09.2008	99,52 (Bom)	2011/362887
Luciana Castanheira Sales	Enfermeira	03.06.2008	100 (Excelente)	2011/362834
Odaléa do Socorro Gomes da Costa	Agente de Artes Práticas	25.09.2008	100 (Excelente)	2011/362864

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.
 III- Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se. Gabinete da presidência do Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - Fundação Hemopa, 19 de setembro de 2011.
 LUCIANA MARADEI
 Presidente da Fundação HEMOPA

Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Viana

DISPENSA DE LICITAÇÃO NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 284713

Dispensa: 19/2011
 Data: 20/09/2011
 Valor: 101.498,41
 Objeto: Prestação de Serviços de Tecnologia da Informação Comunicação- TIC.
 Fundamento Legal: Art. 24, inciso XVI, da Lei Federal 8.666/93.
 Data de Ratificação: 15/09/2011
 Orçamento:

Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso	Origem do Recurso
10122012545770000 339039 0103000000	Estadual
10122012545770000 339039 0103000000	Estadual

 Contratado(s):
 Nome: PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO PARÁ-PRODEPA
 Endereço: Rod Augusto Montenegro, Bairro: Tenoné, Km 10 CEP. 66820-000 - Belém/PA
 Email: gcontratos@prodepa.gov.br
 Telefone: 9133445209
 Ordenador: ANA LYDIA LEDO DE CASTRO RIBEIRO CABEÇA

Secretaria de Estado de Assistência Social

RESOLUÇÃO Nº.007/2011.

Dispõe sobre os Procedimentos e critérios para a aprovação de projeto a ser financiado pelo Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - 2011.
 A Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA/PA, no uso de suas atribuições legais estabelecidas na Lei nº 5.819 de 11 de Fevereiro de 1994, e atendendo expediente emanado da Petrobras, resolve:
 Art. 1º - Aprovar os procedimentos e critérios para a seleção pública de projetos a serem financiados com recursos do Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - 2011, através do aporte financeiro efetuado pela Petrobras em 2011 na forma do anexo a presente Resolução.
 Art. 2º - Os projetos serão analisados pela comissão de fundos e posteriormente submetidos à aprovação da coordenação colegiada do Conselho ou aprovação do plenário do Conselho.
 Art. 3º - Fica estabelecida a data limite de 04/10/2011 para recebimento dos projetos oriundos dos órgãos e entidades.
 Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Belém, 13 de setembro de 2011.
 Ana Celia Cruz de Oliveira
 Presidente do CEDCA/PA

ANEXO 1

PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DE PROJETOS A SEREM FINANCIADOS COM RECURSOS DO FUNDO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FEDCA/PARÁ PROVENIENTES DA PETROBRÁS.

EDITAL Nº. 01 DE SELEÇÃO PÚBLICA DE PROJETOS, 13 DE SETEMBRO DE 2011/ CEDCA-PARÁ.

O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA/PA torna Público o lançamento do presente edital e convoca os interessados a apresentar propostas nos termos e condições estabelecidos neste instrumento e seus anexos.

1. DO OBJETO

O presente Edital tem por objeto a seleção de 05 (cinco) projetos voltados ao atendimento de crianças e adolescentes a serem financiados com recursos do Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Pará - FEDCA/PA repassados pela Petrobras, conforme documento recebido em 10 de agosto de 2011. Os projetos deverão abordar as violações e iniquidades que atingem as crianças e os adolescentes dos grupos mais vulneráveis e excluídos da sociedade, e suas propostas devem estar alinhadas, no mínimo, a uma das ações definidas na Resolução Nº. 137, de 21 de janeiro de 2010 do CONANDA, transcritas a seguir:

- 1). Desenvolvimento de programas e serviços complementares ou inovadores, por tempo determinado, não excedendo a três (3) anos, da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;
- 2). Acolhimento, sob a forma de guarda, de criança e de adolescente, órfão ou abandonado, na forma do disposto no art. 227º, §3º, VI, da Constituição Federal e do art. 260, § 2º da Lei nº. 8.069, de 1990, observados as diretrizes do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito da Criança e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária;
- 3). Programas e projetos de pesquisa, de estudos, elaboração de diagnósticos, sistema de informações, monitoramento e avaliação das políticas públicas de promoção, proteção, defesa e atendimentos dos direitos da criança e do adolescente;
- 4). Programas e projetos de capacitação e formação profissional continuada dos operadores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- 5). Desenvolvimento de programas e projetos de comunicação, campanhas educativas, publicações, divulgação das ações de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;
- 6). Ações de fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da criança e do adolescente, com ênfase na mobilização social e na articulação para a defesa dos direitos da criança e do adolescente.

2. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

- 2.1. Os projetos deverão ser apresentados por entidades não governamentais e órgãos governamentais em duas vias de igual teor e forma, devendo as páginas serem enumeradas sequencialmente, rubricadas e assinadas pelo responsável legal da instituição proponente.
- 2.2. As propostas obrigatoriamente têm que ser aprovadas através de Edital de Seleção Pública de projetos, com base na Resolução Nº. 137, de 21 de janeiro de 2010 do CONANDA, Seção II - Art. 9º, incisos IV, V e VI, e Art. 13º.
- 2.3. As propostas devem estar em consonância com a Resolução Nº. 137, de 21 de janeiro de 2010 do CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescentes e diretrizes aprovadas na Conferência Estadual de 2009 em anexo.
- 2.4. Projetos de abrangência municipal deverão ocorrer em municípios não pertencentes à área de influência da Petrobras identificados no Programa Petrobras Agenda 21 (ver anexo 2).
- 2.5. Projetos de âmbito estadual ou regional, na sua área de abrangência, deverão contemplar mais de 50% de municípios não pertencentes à área de influência da Petrobras (ver anexo 2).
- 2.6. Os projetos apresentados por consórcio ou conjunto de municípios serão priorizados, desde que tenham sido aprovados pelos Conselhos Municipais respectivos.
- 2.7. A proposta a ser apresentada deverá ser composta da documentação institucional, do projeto básico, cronograma físico-financeiro e cronograma de atividades (prevendo prazo de realização de 16 (dezesesseis) meses; formulário de avaliação de resultados, formulário para cadastro e em consonância com a COMUNICAÇÃO/RS/PS/ 01799/2011 e modelos emitidos pela PETROBRÁS, anexo ao presente edital, juntamente com o ofício ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA/PA.
- 2.8. A documentação institucional se constitui num conjunto de documentos, exigidos para avaliar a capacidade jurídica e a regularidade fiscal da instituição proponente. A instituição que não apresentar os documentos descritos abaixo, importará na eliminação da proposta encaminhada:

DOCUMENTOS

Documentos Constitutivos da Instituição Executora
Ofício de encaminhamento a Presidência do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente - CEDCA.
Cópia do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ
Cópia da Cédula de identidade e CPF do representante legal da instituição
Estatuto Social da Instituição
Cópia da Ata de Posse da atual diretoria
Certidão Negativa de Débitos Relativos às contribuições previdenciárias e às de terceiros
Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União (Secretaria da Receita Federal/MF)
Certidão Negativa de Débitos Fiscais Estaduais (Secretaria da Fazenda Estadual)
Certidão de Negativa de Débitos Fiscais Municipais (Secretaria da Fazenda Municipal)
Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS - CRF
Cópia do registro no Conselho
Documento de chancela do Projeto, contendo os dados da proposta da instituição.

2.9. O fornecimento de dados cadastrais errôneos que impeçam a efetivação do aporte financeiro importará no encerramento, de pleno direito, do Instrumento Jurídico que porventura tenha sido firmado.

2.10. É de inteira responsabilidade das entidades interessadas a apresentação, no momento da liberação do recurso, de novos documentos e certidões que perderem a validade no decorrer da análise preliminar dos projetos.

2.11. A habilitação Técnica se constitui na análise do Projeto Básico, que deverá ser apresentado em papel timbrado da instituição, no limite de no máximo 20 (vinte) páginas, atendendo ao roteiro constante no Anexo 2, cronograma físico-financeiro e cronograma de atividades (prevendo prazo de realização de 16 (dezesesseis) meses); formulário de avaliação de resultados e formulário para cadastro. A ausência de qualquer informação solicitada para análise técnica do projeto implicará na sua eliminação do processo de seleção.

3. DO FINANCIAMENTO

3.1. O valor de cada projeto deverá ser no mínimo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e no máximo R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais). Projetos acima de R\$ 250.000,00 serão aceitos desde que comprovadas as outras fontes de recursos que complementarão o repasse a ser realizado.

3.2 As despesas previstas no projeto devem estar em consonância com a Resolução nº. 137, de 21 de janeiro de 2010 e no intuito de contribuir para a elaboração do mesmo, o CEDCA transcreve abaixo o que está disposto na Seção IV, Art.16º da referida resolução:

Artigo 16º - Deve ser vedada a utilização dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente para despesas que não se identifiquem diretamente com a realização de seus objetivos ou serviços determinados pela lei que o instituiu, exceto em situações emergenciais ou de calamidade pública previstas em lei. Esses casos excepcionais devem ser aprovados pelo plenário do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo Único: Além das condições estabelecidas no caput, deve ser vedada ainda a utilização dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente para:

1. A transferência sem a deliberação do respectivo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;
 2. Pagamento, manutenção e funcionamento do Conselho tutelar;
 3. Manutenção e funcionamento do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;
 4. O financiamento das políticas públicas sociais básicas, em caráter continuado, e que disponham de fundo específico, nos termos definidos pela legislação pertinente;
 5. Investimentos em aquisição, construção, reforma, manutenção e/ou aluguel de imóveis públicos e/ou privados, ainda que de uso exclusivo de política de infância e de adolescência.
- 3.3. Os cinco projetos aprovados no CEDCA serão enviados à Petrobras /Comissão FIA 2010 sinalizados por ordem de prioridades. A Comissão FIA informará à Petrobras o resultado do processo de definição dos Conselhos cujos projetos foram validados para alocação de recursos repassados ao FIA. A Petrobras adotará as providências para a formalização de um Instrumento jurídico pertinente pelo prazo de vigência de 16 meses. Serão signatários: a Petrobras, o Poder Público, o Conselho de Direitos e a(s) Instituição (ões) Interviente(s). O recurso será depositado em conta corrente bancária do FIA indicada pelo Conselho.